

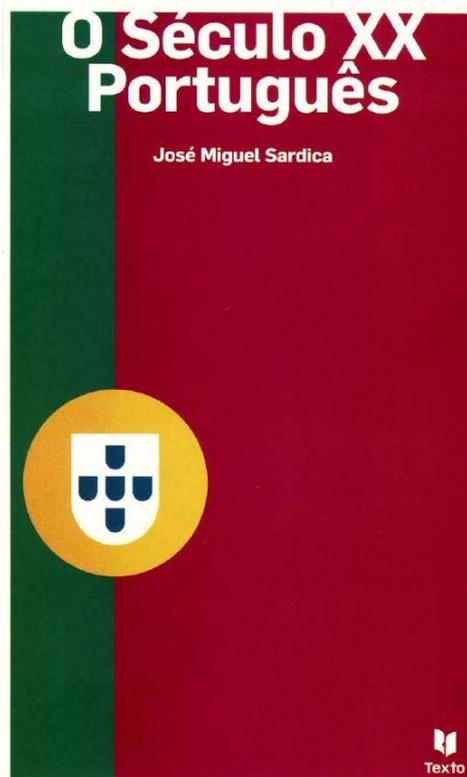
O SÉCULO XX PORTUGUÊS: DO ULTIMATO ÀS INCERTEZAS DO PRESENTE

Mário Beja Santos¹, beja.santos@dg.consumidor.pt

“O Século XX Português” (por José Manuel Sardica, Textos Editores, 2011) é uma apresentação para públicos estrangeiros do panorama da mais recente evolução histórica de Portugal. Não tem por objectivo uma interpretação radicalmente nova, é uma síntese descritiva e analítica, como escreve o autor, dos caminhos políticos, sociais, económicos e até culturais seguidos por Portugal desde 1900 até ao presente. Obra portanto indicada para qualquer não iniciado.

Nesse período de tempo, Portugal conheceu a monarquia, a república, um sistema ditatorial e um regime democrático igual àqueles que existem na União Europeia; viveu o tempo do império africano e orientou-se para um destino europeu. Um tempo, como se compreenderá, de intensa vibração, como anota o próprio autor, já que comportou: 4 regimes políticos diferentes, 4 constituições, 4 ditaduras, o assassinato de 2 chefes de Estado (um rei em 1908 e um presidente em 1918), de um primeiro-ministro (em 1921) e de um antigo candidato presidencial (em 1965) – o século XX também pode ser encarado como um período crucial da história nacional pelas transformações que se têm vindo a operar na existência colectiva e individual. O que nos remete, antes de mais, para a crise e falência da monarquia constitucional.

Nos alvares do século XX, a população portuguesa ascendia a 5,5 milhões de habitantes, mais de 84 % viviam em zonas rurais. A esperança de vida era de aproximadamente 40 anos, a agricultura ocupava 62 % da população activa, a indústria 19 %, o mesmo número que o sector dos serviços. O analfabetismo rondava os 75 %. O país tinha um desempenho melhor e mais rico em 1900 do que em 1850. Vivam-se



¹ Professor do Ensino Superior, autor de livros e artigos nas áreas das políticas de consumidores e qualidade de vida, Técnico Superior da Direcção-Geral do Consumidor.

tempos confusos, no entanto, se bem que Portugal estivesse a experimentar o forte impacto da segunda revolução industrial, mantinham-se problemas estruturais, desde a falta de solidez política, a que a crise do Ultimato não é alheia, agravara-se a crise financeira, ambas conjugadas tornaram complexos os problemas sociais, morais e culturais. O rotativismo político atingira a exaustão, as dissoluções parlamentares seguiam-se umas às outras; o aperto financeiro saldou-se em menor investimento público, este desencadeou desemprego e aumento do custo de vida; os ideais republicanos pareciam ser o substituto do sentimento generalizado de pessimismo, frustração e decadência. D. Carlos procura uma saída entregando o Governo a João Franco, tal era o descrédito que tinha atingido os dois líderes partidários do rotativismo, Hintze Ribeiro e José Luciano de Castro. Franco governou cercado de inimigos e depois de uma curta ditadura administrativa o assassinato do rei trouxe-lhe o exílio. D. Manuel II não tinha preparação para os desafios que enfrentava a monarquia em derrisão. O regime caiu praticamente desamparado entre 3 e 5 de Outubro, dia em que foi proclamada na Câmara Municipal de Lisboa a República.

Ao contrário do que durante muito tempo se fez supor, a base de apoio da República era muito estreita, apesar do Partido Republicano ter dado provas de ser dinâmico e trazer um sentido para a política de modernidade, não escondendo uma forte atracção pelo cientismo e pelo positivismo. Prometia direitos sociais, mais instrução pública, emancipação feminina, promoção do Império africano. A sua condução, sobretudo com as populações do interior, revelaram-se um desastre, graças a um anticlericalismo primário, ergueram a questão religiosa a uma prioridade insensata, criando muito mais inimigos do que amigos. A forma como se deu o envolvimento na I Guerra Mundial trouxe novas ondas de descontentamento, isto enquanto os problemas sociais e económicos conheciam agravamento. Em 28 de Maio de 1926 deu-se uma nova queda de regime, mais uma vez se resistência visível.

A ditadura militar marcou o fim do liberalismo português e a ascensão de Salazar veio permitir um regime nacionalista, ditatorial, com uma ampla base tradicionalista e conservadora. O autor ilustra com rigor o que foi o projecto ideológico do salazarismo, como ele se consolidou à margem do fascismo da época. Em 1945, no termo da II Guerra, o prestígio de Salazar estava no auge. Nesse exacto momento, começaram os problemas que levaram ao progressivo desgaste do regime: o fenómeno universal da descolonização, a necessidade de neutralizar as instituições nacionalistas de pendor

mais agressivo, a emergência de novas formas de oposição, foi um processo que desembocou nas eleições presidenciais em que o general Humberto Delgado apavorou o regime. Enquanto o país entrava na senda do desenvolvimento, uma guerra colonial devastadora foi gangrenando as energias sociais do regime, a sua base de apoio erodiu-se, proliferaram crises com antigos aliados, desde a Igreja Católica às Forças Armadas. Em 25 de Abril, o regime baqueou, incapaz de encontrar solução para uma guerra, que sobretudo na Guiné e no norte de Moçambique, atingira proporções devastadoras.

José Manuel Sardica explica com particular acerto na concisão como evoluiu a revolução de Abril, quais os dados mais significativos da turbulência revolucionária e como se desenrolou o período de normalização democrática, aprovada a Constituição de 1976, ultrapassadas que foram as vicissitudes até ao processo de adesão à União Europeia. O país mudara profundamente. No final da primeira década do século XXI a população duplicara, agora 85 % dos portugueses vivem em cidades, cerca de 45 % da população vive concentrada em 4 % do território, mudou profundamente a estrutura demográfica, do emprego, do ensino e da cultura. As grandes sombras negras são a recessão e uma crise que faz despertar o desânimo e a perda de convicção no modelo do progresso, Portugal está a empobrecer, a despeito dos indicadores de saúde, protecção social e cultura. O autor cita Maria Filomena Mónica: «O mais importante não foi tanto o sentido da evolução, partilhada com outros países, mas o ritmo a que tudo aconteceu. Com a provável excepção da Espanha, nenhum outro país europeu conseguiu liquidar o campesinato, alterar a taxa de fecundidade, mudar os padrões de consumo, diminuir a mortalidade infantil, instaurar o sufrágio universal, transformar as relações Estado-Igreja, criar uma classe média, abrir as fronteiras a pessoas e bens, escolarizar a população, liquidar um império à velocidade a que o fez Portugal». Portugal cresceu muito no século XX, os portugueses dão-se bem com a democracia mas uma onda de fatalismo e de negativismo atravessa a sociedade portuguesa. Afinal, voltamos a perder o comboio, a estima colectiva evapora-se. Há, porém, um capital que poderá ser o grande trunfo dos próximos tempos: as gerações mais jovens aprenderam que o século XX foi feito de acidentes, contrariedades, esperanças, saltos em frente e recuos. E estas novas gerações possuem muito mais cultura e dão-se bem com o europeísmo.

Esta viagem de 100 anos da história portuguesa merece ser lida e discutida.